

## QUEBRA DE DECORO

A pedido de Marco Maciel, Tasso Jereissati conclui amanhã relatório sobre propostas que estão na CCJ e restringem ou acabam com sigilo

# Oposição tenta aprovar fim do voto secreto

IZABELLE TORRES  
DA EQUIPE DO CORREIO

A repercussão negativa da absolvição do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), decidida por voto secreto, levou os senadores a trabalharem pela celeridade da tramitação de projetos que acabam com o sigilo das votações. Ao designar o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) para relatar dois dos projetos que tratam do assunto, na semana passada, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Marco Maciel (DEM-PE), pediu que o colega elabore seu parecer o mais rápido possível, para permitir que a CCJ vote as matérias até semana que vem. Ontem, em Fortaleza, Tasso já trabalhava em seu voto. Segundo a assessoria do senador tucano, ele pretende concluir seu parecer até amanhã, para o caso de o presidente da CCJ decidir incluir as matérias na pauta.

Dois projetos estão nas mãos de Jereissati. Apesar de ambos tratarem do fim do voto secreto, as propostas se diferenciam na abrangência da proibição. O projeto de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) foi apresentado no último dia 11 e determina a abertura dos votos nas sessões de julgamento de cassação de mandato. Mais amplo, o projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) proíbe qualquer tipo de votação secreta no Senado. Jereissati tem se mostrado mais simpático à primeira proposta. Por isso, deve votar favoravelmente ao fim do voto secreto apenas nos casos de cassação de mandato de senadores. Em caso de indicação de autoridades e de segurança nacional, o senador tucano deverá defender a manutenção do sigilo.

Sobre o mesmo assunto, um terceiro projeto de emenda à Constituição (PEC) e um projeto de resolução tramitam simultaneamente na Casa. A primeira, de autoria do então senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), hoje governador do Rio, foi apresentada em 2004. Na proposta, Cabral estabelece o voto aberto não só nos casos de perda de mandato, mas também na aprovação ou exoneração de autoridades e na

Edilson Rodrigues/CB - 5/9/07



TASSO É MAIS SIMPÁTICO A PROJETO QUE ACABA COM O SIGILO APENAS NAS VOTAÇÕES DE CASSAÇÃO DE MANDATO

## EM TRAMITAÇÃO

Confira os projetos que restringem ou terminam com o voto secreto no Congresso:

### PEC 86/2007

● Foi apresentada no último dia 11 pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Determina o voto aberto para a deliberação sobre perda de mandato de deputados e senadores. Está na CCJ aguardando parecer do relator Tasso Jereissati (PSDB-CE)

### Projeto de resolução 55/2007

● Apresentado no último dia 11 pelo senador Delcídio

Amaral (PT-MS), acaba com o sigilo da sessão destinada a apreciar perda de mandato de senador. A fase de recebimento de emendas ao projeto termina amanhã

### PEC 50/2006

● Apresentada em dezembro de 2006 pelo senador Paulo Paim (PT-RS), proíbe qualquer votação secreta no Senado. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) está elaborando parecer

sobre a matéria para submeter à apreciação da CCJ

### PEC 38/2004

● A proposta foi apresentada pelo então senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) em junho de 2004. Semelhante ao projeto do senador Paulo Paim (PT-RS), determina o fim do voto secreto no Senado. Mesmo tendo recebido parecer favorável da CCJ em setembro do ano passado, nunca foi votada em plenário

apreciação de vetos do presidente da República a projetos de lei. Depois de receber parecer favorável do relator Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a matéria espera para ser incluída na pauta de plenário desde janeiro de 2006.

Frente parlamentar  
Hoje, deputados de diversos partidos lançam a Frente Parlamentar pelo Fim do Voto Secreto.

O grupo pretende pressionar a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para retomar a votação da PEC que extingue o sigilo nas deliberações. De acordo com o deputado federal Chico Alencar (PSol-RJ), é preciso devolver a proposta à pauta para realizar a votação de segundo turno e enviar o projeto para o Senado o mais rápido possível. "A Câmara precisa concluir a votação dessa proposta. O julgamento de Renan

Calheiros foi uma demonstração do estrago que é capaz de fazer a morosidade na votação do fim do voto secreto", sustentou.

A PEC que acaba com o sigilo das votações foi aprovada há um ano na Câmara em primeiro turno. Desde então, já foi incluída e retirada da pauta de votações seis vezes. A frente parlamentar pretende se mobilizar para garantir a aprovação da proposta em segundo turno.

## Prazo menor de julgamento

Jane Araújo/Agência Senado - 4/7/07



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deverá votar amanhã um projeto que estabelece prazo de 180 dias para que tanto o Supremo Tribunal Federal (STF) quanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ) apurem infrações penais e crimes de responsabilidade referentes a parlamentares. Segundo o autor do projeto, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a idéia é evitar que os processos de acusados com mandatos eletivos se prolonguem demais no Judiciário. De acordo com a proposta, as ações contra parlamentares passariam a ter prioridade sobre todas as outras.

O autor explica que o projeto representa um meio-termo entre

os que acreditam que o foro contribui para a impunidade dos infratores e os que defendem que a prerrogativa tem finalidade de preservar as autoridades públicas. Para Suplicy, a proposta mantém o foro privilegiado para detentores de mandatos, mas estabelece um prazo para que Justiça se

pronuncie sobre os processos. "A sociedade reclama muito da impunidade entre os políticos. Nesse projeto, busquei um meio-termo para evitar que as Cortes posterguem os julgamentos, mas sem acabar com foro. Acho que a proposta será acolhida porque vários senadores já reclamaram da

morosidade das Cortes em julgamento parlamentares", disse.

A proposta não deverá ser bem recebida no Supremo Tribunal Federal. Segundo o vice-presidente da Corte, ministro Gilmar Mendes, o andamento dos processos passa por diversas fases, que incluem desde a juntada de provas até tomadas de depoimentos pela primeira instância. De acordo com o ministro, o andamento complexo das investigações tornaria inviável cumprir um prazo delimitado. "Esse projeto é complexo para ser discutido rapidamente. O assunto merece mais seriedade e consciência processual. Sobrou vontade do autor, mas faltou ciência", avaliou o ministro. (IT)

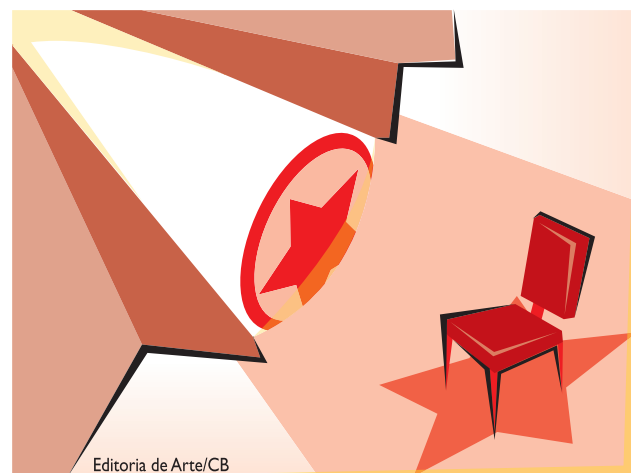
## CAMPANHA PEDE SAÍDA

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) disse ontem que começa esta semana uma campanha pela saída do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), absolvido na quarta-feira passada em sessão secreta do Senado Federal no processo de perda de mandato por quebra de decoro parlamentar. "O clima político está péssimo no Brasil porque o Senado decidiu secretamente, escondido, ir contra a vontade popular. Por isso, nos compete iniciar uma campanha na sociedade para derrubar o Renan Calheiros", afirmou Gabeira, em evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).



NAS ENTRELINHAS  
por Alon Feuerwerker

e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



## O PT de olho na cadeira de Renan

Não faltam teorias a respeito de como pacificar o Senado. Uma delas afirma que é necessário convencer Renan Calheiros (PMDB-SP) a transformar sua vitória em derrota e licenciar-se da Presidência da Casa. Seria uma maneira de a oposição parlamentar conseguir na mesa de negociações o que não obteve no campo de batalha. Vamos ver se o presidente do Senado aceitará a capitulação que lhe é proposta, entre outros, por segmentos do PT interessados em ter o petista Tião Viana (AC) na cadeira de Renan.

O debate sobre a pacificação do Senado sofre de um mal comum na política, que se manifesta quando lados opostos utilizam a mesma palavra com significados antagônicos. Para o governo, pacificar o Senado é fazê-lo votar os projetos de interesse do governo — em primeiro lugar a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Para o oposição parlamentar, a paz ideal estaria desenhada se o governo dependesse dela para aprovar qualquer coisa no Senado.

Vê-se, portanto, que a recente atividade neuronal em busca de um caminho do meio na luta política sem tréguas que consome o Senado tem dias difíceis pela frente. A não ser que o próprio Renan baixe as armas, contando com a garantia (?) do PT de que lá na frente as coisas se acalmarão. Se Renan não ceder ao canto de sereia das ambições petistas, a oposição no Senado estará enalacrada, pois ela foi longe demais para agora aceitar qualquer solução que implique manter o senador alagoano na cadeira de presidente do Senado.

Se Renan resistir às "garantias" do PT, o DEM e o PSDB pouco ou nada terão a oferecer ao Palácio do Planalto em troca de um acordo de bastidores para depor o alagoano. A oposição parlamentar cometeu o erro clássico de definir dois objetivos dos quais não pode abrir mão. A oposição quer afastar Renan e quer também derrubar a CPMF e a DRU. É a história do gato que deseja capturar dois ratos. O risco maior é deixar ambos escaparem.

O comando da oposição no Senado não tem, por exemplo, condições políticas de apoiar o governo na renovação da CPMF em troca de um empurrão do governo para que Renan saia. Nem o governo tem condições de oferecer à oposição o prêmio da derrubada da CPMF e da DRU em troca de a oposição recuar de sua intransigência e aceitar a permanência de Renan Calheiros na presidência do Senado até o fim de 2008.

Ou seja, a única opção que a oposição parlamentar oferece ao governo é derrotá-lo, nos dois casos. Ela já foi derrotada na não-cassação de Renan e agora corre o risco real de ser batida na renovação da CPMF e da DRU, provavelmente com a ajuda de dissidentes da própria oposição e dos governadores do PSDB e do DEM. Quem conversa com os governadores da oposição sabe que eles não querem nem ouvir falar de verbas federais cortadas por falta de dinheiro que deixou de entrar no caixa do Tesouro Nacional.

A lógica dos movimentos recentes do comando da oposição no Senado indica que ela talvez esteja decidida a concentrar suas apostas na perenização da crise política. Há porém uma pedra no caminho dessa estratégia. Dois terços do Senado serão renovados em 2010 e as experiências eleitorais mais recentes dos adversários fígados de Lula e do governo não têm sido especialmente animadoras.

Decorre daí a distância prudente que os governadores do PSDB e do DEM com projeto para 2010 vêm mantendo em relação à tática de terra arrasada de seus correligionários no Senado. Claro que interessa aos presidenciais de 2010 que o governo e a base governista sofram corrosão política. O que não lhes interessa é serem confundidos com o antilulismo e o antigovernismo radical. Para desalento dos senadores do DEM e do PSDB, que agora esperam por uma vitória que lhes sorria de presente. No caso, a troca de Renan Calheiros por Tião Viana. Foi isso que se brota para a oposição: torcer para que a presidência do Senado caia nas mãos do PT. Incrível.

**TRANSPLANTE DE CABELO**  
FIO A FIO SEM CORTE DE RETALHO

Transplante folicular de cabelo fio a fio com microenxerto de raízes, sem corte de retalho e sem cicatrizes.

Proporciona um resultado com maior volume e naturalidade. As raízes do cabelo transplantado são do próprio paciente e começam a nascer e a crescer a partir do 3º mês. Cirurgia feita na própria clínica logo após a consulta com utilização de anestesia local. O médico utiliza a mais moderna técnica e possui mais de 30 anos de experiência.

Cirurgia com valor acessível e parcelado.

**CTC** CLÍNICA DE TRANSPLANTE CAPILAR

MARQUE JÁ SUA AVALIAÇÃO  
(61) 3345 4550  
(61) 3345 0087

www.clinicadrfinfante.com.br

SHLS 716 - Torre 1 - S/419 - Centro C. Sul - Asa Sul - Brasília/DF